

**CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS**

# **Assembleia aprova paralisação e manifestação no Consu dia 26**



Leon Cunha

O STU tem denunciado que as políticas de ajustes e as reformas só tem servido para retirar direitos e conquistas dos trabalhadores. Aqui na Unicamp a reitoria só fala nisso. Mas é essa a saída?

A assembleia dos trabalhadores da Unicamp reafirmou que é tarefa da reitoria buscar os recursos devidos à Universidade, inclusive os que tratam de pagamentos de aposentadoria e pensões, que deveriam ser pagas pelo caixa do governo do Estado (conforme a Lei 1010/2007). Ou ainda os recursos devidos pelo governo do Estado desde 2005, conforme o compromisso de aumento em 0,05% do ICMS-QPE para construção do campus de Limeira.

Ao invés de medidas efetivas, a reitoria insiste numa política de ajuste que só prejudica os trabalhadores e a população. E se nega a estabelecer qualquer debate com a comunidade sobre as alternativas à crise.

Por isso a assembleia realizada ontem aprovou a paralisação e a manifestação no próximo dia 26 - quando acontece a reunião do Consu que debaterá a revi-

são orçamentária.

Nesse Consu, além da revisão orçamentária, a reitoria vai colocar uma nova série de medidas de ajustes.

Além de não discutir com os trabalhadores que estão pagando a conta da crise, essas medidas sequer vêm acompanhadas de um debate de impactos e alternativas. Para o STU, não dá para aceitar que os trabalhadores paguem a crise. Queremos que se discuta o reajuste do auxílio alimentação e que não se aumente a refeição dos estudantes, tirando as condições daqueles que já têm dificuldades de permanecer na Unicamp e necessitam da alimentação. Também não podemos esquecer o reajuste zero e a não reposição de funcionários. Por isso a assembleia indicou que sejam retiradas da pauta essas medidas e aberto um amplo debate com a comunidade.

## **Mobilização**

Para construir o dia 26 é importante que as unidades se organizem. Organize a reunião no seu local de trabalho e avise ao sindicato para discutirmos a mobili-

zação e as saídas para crise. Vamos fazer uma grande manifestação na frente do Consu.

## **Veja as medidas que devem ser apresentadas pela reitoria no Consu**

**1-Supressão dos pagamentos aos premiados com o Prêmio Zeferino Vaz, Reconhecimento à Dedicção ao Ensino de Graduação e Prêmio Paepe;**

**2-Redução linear de 30% em todas as gratificações não incorporadas de docentes e servidores;**

**3-Supressão das gratificações para os cargos de Coordenadores de Bibliotecas;**

**4-Aumento nos valores das refeições nos Restaurantes Universitários;**

**5-Fim da reposição automática de docentes;**

**6-Autorização para Concurso de Professor Livre-Docente somente após a indicação da disponibilidade de recurso na unidade.**

## STU na luta contra todas as formas de opressão

Nesta sexta-feira (22), das 17h30 às 20h30, no Largo do Rosário, acontece o ato “A revanche LGBT: não precisamos de cura!” que reivindica a revogação imediata da decisão da liminar do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, que estabelece a chamada “cura gay”. A medida estabelece que os profissionais de psicologia poderiam atender homossexuais e utilizar “terapias de reversão sexual”, sem que possam sofrer censura ou precisar de autorização prévia do CFP (Conselho Federal de Psicologia).

A comunidade LGBTs denuncia que estão ocorrendo muitos ataques aos seus direitos e à cultura. A censura do QueerMuseu em Porto Alegre, de uma peça em Jundiá com o tema lésbico, de uma peça com uma trans, uma liminar que volta a permitir a tal “cura gay” são exemplos desses retrocessos.

Tais ações demonstram que precisamos intensificar a luta pela criminalização da homofobia e transfobia.

Vale lembrar que esse “tipo de tratamento” liberado pela liminar, havia sido proibido pelo CFP há quase 20 anos, atendendo à determinação da OMS (Organização Mundial da Saúde) que excluiu a homossexualidade de sua lista de doença. De acordo com informações publicadas na imprensa, o CFP vai recorrer às instâncias superiores.

O STU repudia essa liminar que permite o tratamento psicológico de homossexuais e bissexuais e defende uma política de liberdade do indivíduo sobre a sua vida e próprio corpo, como rege a Constituição Federal.

Confira no site do STU a nota da direção da Fasubra repudiando esse crime cometido contra a comunidade LGBTs.

### AGENDA DE LUTAS

**28 e 29/09 – Dia Nacional de Luta convocado pela Fasubra (realização de assembleias e atividades extramuros das universidades).**

**2 a 13/10 - Audiências e aulas públicas sobre a importância do serviço público, organizadas pelos sindicatos.**

**3/10 - Dia Nacional de Lutas nas Universidades Federais, convocado pela Fasubra.**

**9 e 10/10 - Dia Nacional de Luta com atos fora da Universidade e atividades nas praças, dialogando com a população.**

**16 a 20/10 - Esquenta para o ato do dia 27, com panfletagens em todo o Estado.**

**20, 21 e 22/10 - Plenária Nacional da Fasubra e ato, na cidade do Rio de Janeiro**

**23/10 - Indicativo de início da greve nacional (data em diálogo com outras categorias que estão em campanha salarial).**

**27/10 – Paralisações das categorias com ato público unificado do funcionalismo em frente ao escritório da Presidência da República, na Av. Paulista.**

## Bingo Beneficente em prol da nova sede do STU

A diretoria do STU realizará um Bingo Beneficente no dia 11 de novembro para arrecadação de fundos para a construção da nova sede do sindicato.

O evento será realizado no Clube Machadinho (Rua Cerqueira Cesar, 66 - Vila Industrial). Os prêmios serão um forno de Micro-ondas, um celular e uma de TV de 32”. As cartelas já estão a venda na secretaria do STU pelo valor de R\$ 15.

## Reforma da Trabalhista e os impactos na vida dos trabalhadores

A coordenação do departamento jurídico do STU realizará no dia 18 de outubro, às 12 horas, no auditório da DGA, um debate com o advogado Antonio Cremasco sobre os impactos da reforma trabalhista na vida dos trabalhadores. O objetivo da atividade é discutir os impactos das alterações na legislação aprovada pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo governo golpista de Temer e fortalecer a luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

